



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 **ATA DA 22ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM**
2 **FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020,**
3 **realizada no dia 06/10/2020 (terça-feira), de 14:10h às 17:45, através de**
4 **videoconferência.** A Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de
5 Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) do dia 06/10/2020, foi iniciada por João
6 Gomes de Siqueira (CBH BPSI) e contou com a presença dos membros: Paulo de
7 Tarso (CBH Guandu), Nelson Reis (CBH Guandu), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS),
8 Luís Eduardo Amorim (CBH Piabanha), José Paulo Azevedo (CBH Piabanha),
9 Christianne Bernardo (CBH BG), Paulo Cardoso (CBH BG), Luis Carlos Teixeira
10 (CBH LSJ), Lícius de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé
11 Ostras) e João Gomes (CBH BPSI) e os convidados Rafaela Facchetti (CBH
12 Piabanha), Erika Cortines (CBH Piabanha), Adriana Saad (CILSJ), André Marques
13 (AGEVAP), Leandro Guerra (AGEVAP), Marcelo Crespi (INEA), Ana Paula Maisero
14 (IRM), Alexandre Mendes (IRM), Jorge A. Silva (CLEMAARJ) e Miguel da Silva
15 (CLEMAARJ) e a equipe: Tamires Souza (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro
16 (AGEVAP).

17 **Item 1. Abertura:**

18 A reunião foi iniciada por **João Gomes**, que deu as boas-vindas aos presentes e
19 deu seguimento na pauta.

20 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

21 **João** questionou se havia alguma manifestação em relação à presente, foi
22 solicitado a inclusão da discussão sobre a distribuição dos recursos do CFURH
23 para o ano de 2021. Os presentes aprovaram a pauta com essa inclusão.

24 **Item 3. Aprovação da ata do dia 22/09/202;**

25 **João** questionou se houve alguma solicitação de alteração prévia a reunião e
26 perguntou se os presentes tinham alguma manifestação. **Luís Eduardo** informou
27 que havia feito previamente algumas correções e uma inclusão, citando-a. Com as
28 alterações solicitadas, a ata foi aprovada pelos presentes.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

29 **Item 4. Verificação da planilha de encaminhamentos;**

30 **Tamires** projetou a planilha de encaminhamentos e mostrou que vários que
31 estavam em aberto eram relacionados à solicitação de pauta para discussão nas
32 próximas reuniões.

33 **João** questionou o encaminhamento 338, sobre a consulta ao jurídico das
34 delegatárias quanto a participação de usuários e sociedade civil nos editais,
35 perguntando o motivo de ainda estar em andamento. **Tamires** informou que o
36 CILSJ já respondeu e que aguardam o retorno da AGEVAP para em sequência
37 enviar uma carta ao INEA. Disse que esse encaminhamento precisa ser revisto e
38 que também é uma proposta de pauta. **João** solicitou que fosse inserido na próxima
39 pauta. (Encaminhamento)

40 **João** perguntou se o encaminhamento 283, sobre o adiamento das eleições de
41 coordenação, não havia sido concluído, visto que já haviam decidido seu
42 adiamento. **Larah** informou que esse encaminhamento fica em aberto até que
43 ocorram as eleições.

44 **Luís Eduardo** comentou o encaminhamento 338 citado, informando que
45 **Christianne** havia relatado que no CBH BG, foi definido em Plenária que os
46 membros ~~a diretoria~~ não participam da criação dos Editais, motivo pelo qual ficam
47 à vontade para participarem deles. Disse que o parecer do jurídico do CILSJ era
48 desfavorável a essa ideia e que precisam do parecer da AGEVAP para levar esse
49 encaminhamento em frente.

50 **João** comentou que essa definição deveria ser conjunta de todos os comitês,
51 afirmando que não poderia haver diferenças no entendimento.

52 **José Paulo** comentou que CBH Piabanha ele havia ajudado a melhorar o edital
53 para uma pesquisa, que o processo foi aberto com ampla divulgação e que no
54 parecer da AGEVAP dizia que não havia nenhuma restrição a todos os membros,
55 com exceção da diretora, já que se entendia que eles possuíam informação

56 privilegiada. Disse que, portanto, o entendimento era que, de maneira geral, a
57 restrição não se aplicava a todos os membros.

58 **Tamires** explicou que o encaminhamento do ECOB de realizar reunião de
59 alinhamento com os palestrantes ainda não havia sido iniciado, visto que ainda
60 estariam aguardando as respostas até o dia 09/10/2020. Informou que até presente
61 data sete palestrantes haviam confirmado e que a programação seria fechada na
62 próxima reunião.

63 **João** perguntou sobre o andamento da revisão do regimento do FFCBH. **Tamires**
64 respondeu que houve esse pedido, mas que ainda precisam colocar essa
65 discussão em pauta. **João** opinou que deveriam dar início a esse trabalho e pediu
66 que o coordenador do Fórum fosse contatado para verificar quando essa pauta
67 seria discutida. (Encaminhamento)

68 **José Paulo** perguntou se já havia pontos levantados ou se era uma abertura geral
69 para revisão. **João** disse que havia outros pontos de dúvida, além da questão das
70 reuniões virtuais que já tinham sido levantadas.

71 **Item 5. Discussão para apropriação do plano metropolitano de saneamento e**
72 **do plano metropolitano de resíduos;**

73 **Alexandre** comentou que o intuito da apresentação era ter uma troca de
74 informações sobre o saneamento a partir do Marco assinado em julho, abordando
75 o Plano Metropolitano de Saneamento e de Resíduos Sólidos. Disse que havia tido
76 uma reunião no município de Maricá, que tem uma situação difícil quanto a água
77 doce e tratamento de esgoto, tendo índices muito baixos devido à falta de
78 investimento da CEDAE no município, na qual foi oferecida uma solução definitiva
79 para a questão de captação de água doce para a região. Informou que o município
80 possui um projeto de captação do Rio Tanguá através de barragem, mas que falar
81 de barragem no Brasil é complexo em termo de licenciamento ambiental. Disse que
82 a estratégia é fazer o uso da dessalinização através de membranas de osmose
83 reversa, com custo de energia nulo devia a um projeto que utilizará a energia das
84 ondas do mar. Comentou que o mar de maricá já foi estudado pela UFRJ, que possui



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

85 um possui um poço de ondas que foi aproveitado para desenvolvimento, patente e
86 construção de protótipo de usinas de dessalinização usando a força matriz das
87 ondas associado com a energia fotovoltaica. Explicou um pouco do processo de
88 funcionamento e afirmou que já possuíam um acordo de cooperação assinado e
89 um grupo técnico estabelecido entre o IRM e a CODEMAR, estando, de maneira
90 geral, partindo para a fase de levantamento de custo e viabilidade financeira.

91 **João** comentou que o município de Campos já foi o município que mais recebe
92 royalties no estado e disse se preocupar com o uso desse recurso, pois ele não é
93 um recurso contínuo, tendendo a diminuir até acabar. Opinou que esse recurso
94 deve ser usado para obras estruturais que perdurem e mudem a face da cidade de
95 forma definitiva, pedindo que o FFCBH refletisse sobre isso. Opinou que deveriam
96 usar os recursos de águas superficiais ao máximo possível, sem poluir e exaurir os
97 corpos hídricos, trazendo para a técnica a opção de fazer contenções para reservar
98 água da chuva e amortecimento de água de cheias, principalmente para bacias
99 com vazões variáveis. Quando dessalinização, questionou qual era custo,
100 durabilidade e sustentabilidade do sistema, comentando que atualmente se tem
101 recurso para aplicar e manter, mas que o recurso futuro era incerto.

102 **José Paulo** comentou que a noção de barragens serem totalmente nocivas está
103 sendo corrigida e que atualmente se fala de infraestrutura verde e cinza, afirmando
104 que a região do Paraíba do Sul e da região metropolitana não teria água tratada,
105 mesmo fora de crise, se não fosse pelos reservatórios em São Paulo. Quanto a
106 dessalinização, observou que era uma solução que elimina as partes ruins do
107 excesso de sal, afirmando ser importante que o FFCBH acompanhasse esse
108 desenvolvimento. Perguntou para Alexandre se essas propostas já estão abertas a
109 serem analisadas ou se ainda estão em discussão como algo em potencial.

110 **Miguel** comentou que durante dez anos houve discussões quanto ao Plano Diretor
111 de Contenção de Cheias para a bacia do Iguaçu e perguntou o que seria
112 aproveitável desse projeto pelo IRM, visto que tudo que foi feito para essa
113 contenção de cheias estava abandonado.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

114 **Alexandre** propôs que fizessem uma reformulação na apresentação desta reunião
115 e que ele apresentasse o material que foi levado a Maricá. Os presentes
116 concordaram e ele iniciou um vídeo, explicando como funcionaria essa planta de
117 dessalinização e energia elétrica e tirou dúvidas técnicas levantadas durante a
118 apresentação. Mostrou e explicou um projeto semelhante que ocorre na Austrália,
119 passando posteriormente para uma explicação sobre o que seria feito com a
120 salmoura.

121 **José Paulo** perguntou qual seria a vazão de água tratada produzida. **Alexandre**
122 respondeu que se estima 30.000 m³/dia e comentou que essa vazão era um pouco
123 mais que Maricá precisava, visto que foi discutido também o crescimento
124 demográfico da cidade e expectativa de grandes negócios.

125 **João** comentou que Campos trabalha com 1,2m³/s de água para abastecer 500.000
126 habitantes e sugeriu que calculassem de forma similar.

127 **Alexandre** afirmou que essa capacidade seria para apenas uma usina e que há
128 possibilidade de fazerem mais. Comentou que com esse processo o custo de água
129 seria menor que R\$0,50/m³, ainda sem considerar os valores agregados dos
130 subprodutos, considerando apenas o fato de não consumir energia elétrica e a
131 planta simplificada devido o recebimento de água pressurizada pela captação por
132 flutuação.

133 **Christianne** questionou sobre o estudo de impacto ambiental e perguntou se existe
134 a possibilidade de algo entrar nos pistões, como pequenos animais ou algas, que
135 possa interromper o processo. **Alexandre** respondeu que as bombas submersas
136 são cercadas por grades que tem uma granulometria que impediria a entrada de
137 corpos maiores que micro e que haveria um filtro para separar qualquer grânulo de
138 areia, algas ou microrganismos, permitindo apenas a passagem de microalgas que
139 serão mantidas dentro da salmoura. Comentou com esse processo de captura por
140 bombas do tipo pistão é muito menos agressivo do que o processo das usinas
141 australianas.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

142 **Paulo Cardoso** comentou que esse projeto é concreto e é a solução de Maricá,
143 mas que quase toda a orla marítima de Itaipuaçu está habitada, havendo pouco
144 espaço para que possa ser montada uma usina. Disse se preocupar se haveria
145 lugar próximo para se fazer o projeto ou se teria que haver grandes dutos para levar
146 a lugares mais distantes e questionou se já havia tido essa conversa com a
147 prefeitura. **Alexandre** disse que, quanto a localização da usina, o próprio estudo
148 base irá indicar o melhor local e disse que não precisaria colocar a planta na beira
149 do mar, visto que a pressão permitiria que colocasse há quilômetros de distância
150 com tubos flexíveis ou manilhas de concreto.

151 **Alexandre** disse que esse projeto seguir em frente e for concluído, Maricá irá
152 estabelecer o balanço de segurança hídrica de todo o leste metropolitano devido
153 as condições do oceano.

154 **José Paulo** solicitou que as apresentações fossem enviadas aos comitês
155 (Encaminhamento) e perguntou quando se teria essas estimativas de economia de
156 energia mais bem calculadas. **Alexandre** respondeu que após fechar essa parceria
157 com Maricá partiriam para o projeto básico, quantificação e levantamento de custos
158 e viabilidade econômica. Afirmou que pretendem ter até o final do ano essa etapa
159 concluída.

160 **João Gomes** solicitou que quando o projeto estivesse com suas estimativas de
161 custo e mais bem desenhado, o IRM retornasse para uma apresentação.

162 **Lícis** comentou que o aumento brusco na produção de água também aumentaria
163 a quantidade de esgoto na região e que se preocupa quanto a previsão de
164 tratamento desse esgoto. Questionou como o IRM vem tratando de todos os
165 projetos que acabam incidindo com o direito e dever de água e esgoto dos
166 municípios, com a desestatização da CEDAE e com a atuação dos CBHs.
167 Questionou também como o IRM está pensando no seu próprio custeio para
168 sobreviver e fazer os estudos e implementação desses projetos.

169 **Alexandre** respondeu que o IRM está numa fase de outorga para prover acesso
170 de água e esgoto para todos os municípios e que esse processo está sendo



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

171 conduzido pelo Governo do Estado junto ao BNDES. Disse que para trazer o
172 equilíbrio e universalização para todos os 64 municípios assistidos pela CEDAE, o
173 município do Rio de Janeiro, que capta cerca de 70% da CEDAE, foi dividido em
174 quatro blocos e comentou que a CEDAE vai continuar captando, tratando e
175 vendendo água para os distribuidores. Quanto ao tratamento de esgoto em Maricá,
176 afirmou que o balanço de massa deveria fechar, tendo o tratamento proporcional a
177 produção de água. Disse também que as estações de tratamento de esgoto
178 produzem lodo ativado que será considerado no projeto de resíduos sólidos para
179 ser queimado e gerar energia. Quanto ao recurso, respondeu que 15% que for
180 arrecadado do leilão de outorga será distribuído entre os municípios que assinaram
181 o acordo, o Estado e o IRM e que, mensalmente, 3% da conta total de esgoto
182 também será revertido ao município.

183 **Alexandre** finalizou sua apresentação, agradecendo e pedindo a colaboração e
184 participação dos CBHs nesse processo.

185 **João Gomes** subsidiou a solicitação de **Leandro** de que essa apresentação fosse
186 disponibilizada ao Subcomitê do Sistema Lagunar de Maricá-Guarapina.

187 **Alexandre** solicitou que houvesse uma solicitação por escrito através de e-mail.
188 (Encaminhamento)

189 **Item 6. Apresentação CLEMAARJ;**

190 **Jorge** iniciou sua apresentação, falando sobre o início da CLEMAARJ, explicando
191 o que é a conferência, seus objetivos e sua atuação até o momento. Ressaltou a
192 importância do apoio e parceria dos comitês, principalmente para mobilizar
193 participação nas conferências, demonstrando interesse em formalizar essa
194 participação através de subscrição do FFCBH e dos comitês à CLEMAARJ.

195 **João** disse que os comitês deveriam defender os modelos técnicos para os
196 problemas de qualidade e quantidade de água e que deveriam se agregar a todos
197 os órgãos que trabalham nesse segmento.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

198 **Miguel** comentou que o Rio de Janeiro nunca teve uma conferência de meio
199 ambiente para discutir as questões ambientais. Disse que o Estado recebeu uma
200 proposta de criar uma Agência de Meio Ambiente, ao exemplo da EPA, e o INEA
201 surgiu como proposta da sociedade civil, mas não uma proposta técnica. Afirmou
202 que não há possibilidade de universalização da água potável com garantia e
203 segurança nas próximas décadas e que seria importante não fazer debates
204 regionalizados para que uma região não atropelasse outras, levantando a
205 importância de brigar pelo Comitê do Itabapoana. Sugeriu que os comitês
206 pudessem garantir a representação de base na CLEMAARJ, trazendo a diversidade
207 dos problemas e conflitos dos recursos hídricos e do meio ambiente como todo em
208 cada região. Informou que no dia 21/10/2020 estariam discutindo a questão costeira
209 e convidou os comitês a participarem.

210 **João** comentou que os comitês sempre buscam garantir a participação da
211 Sociedade Civil nos eventos e reuniões. Disse que o Itabapoana ainda não chegou
212 aos olhos dos comitês pois nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito
213 Santo ainda não viram essa bacia como prioridade, mas que o objetivo é alcançar
214 todas as bacias.

215 **Maria Inês** disse que poderiam tentar amadurecer e com o apoio do FFCBH realizar
216 conferências regionais por regiões hidrográficas que se preparassem para
217 conferências estaduais. Perguntou o que a CLEMAARJ está pensando a nível de
218 apoio e como o FFCBH e os comitês poderiam colaborar, informando que o CBH
219 Macaé não realizará atividades presenciais em 2020.

220 **Jorge** respondeu que não há previsão de fazer ações presenciais em 2020, mas
221 que visam fazer uma conferência presencial no futuro após a normalização do
222 cenário. Disse que o primeiro passo seria a subscrição dos comitês e do FFCBH à
223 CLEMAARJ, depois seria os comitês pensarem na realização de conferências
224 regionais com entidades de suas áreas e elaborar documentos básicos e
225 proposições que surgirem desses encontros e conferências. **Jorge** informou que
226 enviaria o material para que pudessem acompanhar a agenda da CLEMAARJ e



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

227 pediu para que os presentes acessassem e assistissem a última conferência, se
228 colocando à disposição para mais dúvidas e discussões.

229 **Item 7. Inclusão de pauta: Discussão sobre a distribuição dos recursos do**
230 **CFURH para o ano de 2021;**

231 **André** apresentou uma planilha de valor estimado e explicou que se tratava da
232 compensação financeira, ou seja, o recurso que é normalmente pago pelas
233 hidrelétricas, no qual 50% desse valor é destinado para a distribuição dos comitês
234 de baixa arrecadação. Comentou que em 2021 está previsto R\$ 2.100.000,00, que
235 no saldo da conta de atual da Conta D, em relação ao CFURH tem R\$ 1.334.000,00,
236 no qual parte foi arrestado GT FUNDRHI, e que o valor estimado de arrecadação é
237 R\$ 2.100.000,00. Desse valor estimado de arrecadação, disse que normalmente
238 R\$ 50.000,00 é destinado ao FFCBH e do valor restante fez-se o modelo
239 inversamente proporcional, no qual os comitês de menores arrecadações recebem
240 mais recurso dos que tem maior arrecadação. Explicou que na planilha mostra os
241 valores de cada comitê em cada fonte, compondo o valor final, que é semelhante
242 ao valor do ano de 2020 com a correção do IPCA, e reforçou que não será utilizado
243 recurso do GT FUNDHRI.

244 **João** comentou que seria interessante colocar um percentual do valor da cobrança
245 disponibilizado para custeio em relação a arrecadação de cada comitê, mostrando
246 impacto em cada CBH. Questionou se haveria impacto significativo se incluíssem
247 o CBH BG entre os CBHs de alta arrecadação, opinando que não seria tão
248 significativo dentro do valor aportado no CFURH.

249 **André** concordou e informou que o valor do CBH BG representa menos que 0,5%
250 do valor total do CFURH.

251 **José Paulo** comentou que na resolução do CERHI diz que pelo menos 50% da
252 CFURH tem que ser usado para custeio e que esse recurso vem de cobrança pelo
253 uso da água e deveria ser investido no sistema. Levantou a importância de haver
254 transparência no uso, tanto dos 50% das delegatárias, quanto nos 10% do INEA.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

255 **André** comentou que essa possibilidade de usar mais recurso é uma negociação
256 que os comitês devem fazer com o INEA.

257 **Lício** comentou que a previsão para 2021 não está contemplando a proposta,
258 visto que usariam parte do saldo antigo, não deixando saldo residual para 2022.
259 Disse que o custeio em 2022 seria baseado no que entrasse e da cobrança dos
260 comitês, desconsiderando o GT FUNDRHI, que é um recurso finito. **André**
261 respondeu que usando o valor apenas corrigido com o IPCA, o valor que se tem no
262 CFURH e da arrecadação cobriria aproximadamente os próximos quatro anos.

263 **João** comentou que essa discussão do saldo da CFURH já foi objeto de discussão
264 desde a primeira vez que houve essa divisão inversamente proporcional e sugeriu
265 que na planilha tivesse uma tabela que demonstrasse como o saldo do CFURH
266 vem reduzindo ano a ano e lembrou que ainda restava R\$ 9.000.000,00, que ainda
267 seria suficiente para os próximos anos.

268 **André** esclareceu que são duas contas diferentes da CFURH, o saldo da Conta D,
269 que praticamente acabará, restando apenas aproximadamente R\$ 96.000,00, e o
270 saldo do GT FUNDRHI, que contém esse valor de nove milhões de reais. Disse
271 que, considerando esse valor, haverá recurso para os próximos anos, até finalizar
272 esse novo contrato que será assinado.

273 **Marcelo** disse que o INEA concorda com os valores que estão sendo apresentados
274 e que tem discutido nos últimos três anos esses recursos em oficinas e reuniões,
275 mas que nesse ano houve dificuldades devido a pandemia e a questão do TCE
276 vinculado ao CG 03/2010, justificando o porquê de decidirem manter os critérios de
277 distribuição como vem acontecendo até então. Comentou que a prioridade do INEA
278 foi dar andamento ao processo do aditivo do CG 01/2010 e CG 03/2010 e a
279 resolução do problema junto ao TCE e que concordam com os parâmetros, mas
280 que precisam no próximo ano discutir como será feita essa distribuição.

281 **José Paulo** reforçou que o próprio CERHI diz em resolução, em relação a esse
282 valor do CFURH, que deve ser pelo menos 50%, o que dava margem para que
283 mais recursos dessa compensação fosse aplicado na delegatária. Comentou que



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

284 no Piabanha, 70% da água na região está ligada à agricultura de uso insignificante,
285 fazendo com que haja um montante que poderia ser arrecadado, mas que o próprio
286 INEA está com problemas no cadastro e cobrança desses.

287 **Luís** opinou que aumentar a porcentagem e retirar o valor que está indo para a
288 administração do INEA não seria viável, pois o INEA já está deficitado com os
289 comitês e sugeriu que a solução viesse da cobrança e revisão do PPU.

290 **Lícius** comentou a retirada de parte do auxílio do CFURH e disse se preocupar que
291 a qualquer momento possa haver uma alteração no congresso que venha a zerar
292 essa conta. Quanto a planilha, Lícius pediu alguns esclarecimentos quanto aos
293 valores demonstrados e **André** explicou ser um erro de digitação e corrigiu os
294 dados.

295 Após essas considerações levantadas, os presentes votaram e aprovaram a
296 continuidade da distribuição do recurso para o ano de 2021.

297 **Item 8. Definição sobre disponibilização dos vídeos das reuniões aos** 298 **membros e órgãos gestores;**

299 Devido ao horário, essa pauta foi adiada para ser discutida na próxima reunião.
300 (Encaminhamento)

301 **Item 9. Assuntos Gerais;**

302 **Maria Inês** comentou sobre a reunião de pauta única sobre o tempo seco e
303 soluções baseadas na natureza, informando que já havia feito contato com os
304 convidados sugeridos e que eles aguardam contato da Secretaria Executiva para
305 marcar a data. (Encaminhamento)

306 **Tamires** sugeriu que já definissem a data dessa reunião e após discussão foi
307 definido que seria realizada no dia 27/10/2020. (Encaminhamento)

308 **João** deu o informe quanto ao andamento do Plano de Bacia, dizendo que ele
309 estava sendo realizado e que acreditava que até o final do ano estaria concluído.

310 Ressaltou a importância dessa construção e afirmou que quando ele estivesse
311 pronto, seria apresentado no FFCBH para ciência de todos.

312 **Luís** comentou que na discussão do Plano não está sendo levado em consideração
313 o Marco Regulatório e que isso era uma questão séria, pois prevê nos planos o uso
314 de três quartos das possíveis arrecadações em tratamento de esgoto, indo de
315 encontro com a nova lei de saneamento. Comentou que essa necessidade de
316 aplicação de 70% em saneamento irá cair com a concessão das concessionárias,
317 que deverão fazer esse tratamento. Opinou que deveria haver duas sugestões, uma
318 no caso essa parte da lei fosse revogada e outra caso não fosse.

319 **Lícius** reforçou que o marco de saneamento gera uma dúvida que ainda não foi
320 esclarecida, mas que a lei é clara quanto a aplicação dos 70% do recurso em coleta
321 e tratamento de esgoto, logo, até que essa legislação mude, não há o que os
322 comitês possam fazer quanto à destinação do recurso. Comentou que a Profil tem
323 um contrato a se cumprir dentro do prazo e que, para mudar o que constará no
324 plano, deveriam realizar uma reunião própria para essa discussão.

325 **João** concordou que precisam abordar essa questão no plano, mas que a Profil
326 não teria tempo para fazer essa autorização dentro dos prazos, mas ressaltou que
327 o próprio plano prevê sua revisão, logo deveriam começar a pensar no que seria
328 feito quando houvesse a universalização do saneamento.

329 **Rafaela** comentou que caso haja mudança na legislação poderiam fazer a
330 alteração do recurso no PAP e lembrou que saneamento não se trata apenas de
331 tratamento de esgoto e abastecimento de água, havendo problemas graves de
332 drenagem e resíduo sólido que poderia ser destinado esse valor. Afirmou que
333 poderiam se precaver de novos estresses hídricos investindo em produção de água
334 utilizando soluções sustentáveis baseadas na natureza e disse que, como nem
335 todos os municípios haviam aderido à concessão, não poderiam tirar esse valor, já
336 que estes não estariam recebendo esse recurso do BNDES. Levantou também que
337 as concessionárias não fazem saneamento rural, apenas urbano, e sugeriu que
338 tentassem flexibilizar esse valor para poder ser aplicado em áreas rurais.

339 **Item 10. Encerramento.**

340 **João** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:45. A presente
341 ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de aprovada,
342 será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

343

344

345 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

346 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

347 Coordenador Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

348

349 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.

350